

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO FERREIRA DE SOUZA

O ÊXODO RURAL E EXPECTATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUSTENTABILIDADE

MATINHOS
2011

PAULO FERREIRA DE SOUZA

O ÊXODO RURAL E EXPECTATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUSTENTABILIDADE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Cinthia Maria de Sena
Abrahão

MATINHOS
2011

O ÊXODO RURAL E EXPECTATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

A Educação do Campo e a Sustentabilidade

Paulo Ferreira de Souza¹;
Cinthia Maria de Sena Abrahão².

RESUMO

O trabalho em questão é uma análise dos dados da evasão rural acontecida durante a o desenvolvimento do Brasil, Paraná e Altônia como consequência da desvalorização do campo e de seus habitantes. Procurou-se citar as alternativas encontradas pela sociedade organizada e Poder Público para que esse panorama seja aos poucos mudado e dessa forma que a dicotomia urbano-rural ainda tão presente seja extinta. Além de trazer os dados estatísticos traz também iniciativas para a permanência das famílias no campo, mostra um exemplo em Altônia com a implantação da Casa Familiar Rural e como essa casa familiar juntamente com as ações dos órgãos públicos e não governamentais podem influenciar a permanência dos jovens e suas famílias no campo.

Palavras-chave: ARCAFAR, evasão, pedagogia da alternância, Altônia.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Cruzeiro do Oeste, e-mail: admbrasill@seed.pr.gov.br.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1. APRESENTAÇÃO

A Educação do Campo diante de todas as transformações ocorridas busca a compreensão do campo como fonte de existência e progresso, engloba uma idéia de valorização da cultura e dos costumes locais, provendo a permanência das gerações no desempenho das atividades inerentes a cada comunidade.

As dificuldades em concretizar a filosofia da Educação do Campo são inúmeras, é longo o tempo em que discussões sobre o tema vêm rodeando o cenário político-educacional, políticas públicas vem sendo instituídas lentamente, mediante a ação conjunta entre governo, ONGs, ORGs e sociedade civil organizada.

A urbanização juntamente com a ascensão industrial nos municípios deixaram vulnerável à subsistência do meio rural para os pequenos proprietários de terra, movimentos como a Revolução Verde (1970) tornaram cada vez mais difícil a produção em pequena escala. Com a desvalorização da pequena produção agrícola/pecuarista e após a maioria dessas pequenas propriedades serem engolidas pelas grandes áreas de terra, deixou-se de acreditar na possibilidade de sobreviver no campo.

O movimento do êxodo rural no Brasil, Paraná e em Altônia, continua crescente, as características das famílias rurais e suas formas de sobrevivência mudaram. Em Altônia o reflexo desse processo foi o fechamento de muitas escolas rurais e a crescente população urbana no município, conseqüentemente a visão de campo a visão de campo se torna deturpada e fonte de descrédito para a permanência nele.

A luta para uma educação que dê condições de conhecimento de mundo, para a formação do sujeito crítico, que também preserve a sua identidade e, sobretudo a valorize como forma de utilização no campo, vivenciando o aprendizado realizado dentro da sala de aula é dedicação expressiva da Educação do Campo e eixo importante de sua pedagogia.

O intuito verdadeiro de uma educação que priorize a sustentabilidade e o direito dos sujeitos de permanecerem na terra por vontade própria, não por obrigação e tão menos por falta de opção, uma educação que influencie direta e indiretamente na vida dos que estão nesse território e que se fazem valer pelo que são e representam para a sociedade local.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO

Desde o Brasil colônia pode ser notado nos diversos discursos e registros que a usurpação do direito à terra das classes mais pobres era algo evidente na sociedade. Enquanto existiu a escravidão pequenas porções de terras eram destinadas aos imigrantes que ajudavam a colonizar as terras que antes tinham formação de mata.

Com o movimento feudalista os pequenos produtores deviam grandes valores aos senhores feudais e ao clero, de certa forma lhes eram suprimidos os ganhos e seus pequenos terrenos não traziam a rentabilidade esperada, dessa forma sempre viveram à margem da sociedade, sempre em função única da subsistência familiar.

As desigualdades históricas sofridas pela concepção de classes dominantes e classes dominadas, é uma dívida histórica ainda a ser paga, assim como uma dívida do conhecimento desses atos e concepções que levaram o campo ao atraso social e econômico. As medidas sociais implantadas até o momento no Brasil, não oportunizaram políticas públicas de educação que contemplassem plenamente as populações do campo (ARROYO, 2006).

Em 1997 foi realizado o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera), e em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, tiveram a participação e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília

(UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outras entidades e lançaram o desafio de pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta todo o contexto do povo residente do campo.

Tais discussões proporcionaram o início da quebra do paradigma da soberania do urbano sobre o campo, desmistificando as escassas e frágeis políticas públicas existentes até o momento no cenário nacional. O termo educação do campo passou a ser utilizado a partir da I Conferência Nacional de Educação do Campo realizada em 1998, em Luziânia, no estado de Goiás. O evento marcou e intensificou a luta contínua para a formalização do proposto pela Carta Magna da educação no Brasil (LDB 9394/96) que em seus artigos 23, 26 e 28 tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas.

Mas muito antes a educação rural já era mencionada em documentos oficiais, desde a Proclamação da República em 1889 e posteriormente na década de 30 com a criação do Ministério da Educação. Neste momento todas as reformas pelas quais a educação passava deixavam de ser realizadas regionalmente e passavam a ser estabelecidas em âmbito nacional. As Constituições Federais que se sucederam (Constituinte de 1934 e 1947) trouxeram certa confusão no processo educacional do campo, enquanto uma instituiu percentuais de investimento, a seguinte eximiu o Estado de responsabilidades quanto à educação nessas áreas.

Até a aprovação da Constituição de 1988¹ o descaso havia ficado evidente em referência ao modelo de educação apresentada na área rural, com grades totalmente elitizadas e voltadas para a área urbana. Com essa mudança houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e também a aprovação do Plano Nacional de Educação (2001). Todo esse processo visou a concretização de direitos educacionais bastante significativos para o setor da educação rural no Brasil.

A continuação da caminhada pela valorização da educação e conseqüentemente pela instituição de políticas públicas para a Educação do Campo ganhou força com a criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo que em seu preâmbulo reforçaram o reconhecimento do modo próprio de vida social e de utilização do espaço habitado, respeitando sua diversidade, especificidade e formas de referências que constituem a identidade da população rural (MEC, 2002).

No estado do Paraná a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenação de Educação do Campo construiu, conjuntamente com profissionais da rede e técnicos especializados, as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (2006), que tem por finalidade levar ao chão da escola o norteamento sobre estratégias no trabalho do professor de forma a garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes. Tais diretrizes dão especial atenção ao atendimento em todos os níveis e modalidades de ensino, definem como imprescindível a formação integral do sujeito habitante do campo (PARANÁ, 2006).

No Paraná a presença do movimento rural torna-se fortalecido por associações e organizações, nesse meio estão a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), Casas Familiares Rurais, a APEART (Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário), atividades desenvolvidas por sindicatos combativos tais como o Programa Terra Solidária e as Escolas Itinerantes que acompanhavam. São ações que fortalecem o indivíduo do campo e que priorizam a individualidade e especificidade desse povo.

Quanto ao setor público a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, desde 2003, através da Coordenação Estadual da Educação do Campo atualmente vinculada ao Departamento da Diversidade promove e articula eventos de formação de profissionais da educação e a implantação de Projetos Políticos Pedagógicos específicos para escolas de povos tradicionais e/ou do campo.

Dessa forma, a Educação do Campo é concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social construído por esses sujeitos que vivem

na e da terra. Contraria toda uma ideologia em que a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, presentes no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999 *apud* ANTONIO & LUCINI, 2007).

3. O MOVIMENTO DO ÊXODO RURAL: BRASIL, PARANÁ E LOCAL

3.1. MOVIMENTO DO ÊXODO RURAL NO BRASIL

O Brasil desde sua descoberta passou por inúmeras transformações quanto à capacidade de produção rural e urbana, essas mudanças são notadas também na distribuição demográfica da população rural e urbana. Aos poucos os centros urbanos foram se tornando mais populosos e a área rural cada vez menos habitada.

Isso pode ser justificado pela desvalorização do produto e produtor do campo e pela visão de inferioridade que fora construída para este meio de sobrevivência, existência e produção. A dicotomia entre rural e urbano, campo e cidade, tem crescido e nos últimos anos um movimento contrário foi sendo construído para a ideologia seja esquecida e o rural seja mais bem valorizado.

Na década de 1970 com a Revolução Verde as culturas foram direcionadas para a produção em larga escala, utilização de novas técnicas de manejo e produção, uso intensivo de insumos e agrotóxicos, tudo isso era impossível de ser feito pelo produtor de pequenas propriedades.

Com este cenário marcante no Brasil nas décadas de 60 e 70, foi dada a prioridade de subsidiar créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola (MOREIRA, 2000). Os pequenos produtores rurais sem ter acesso a tal tecnologia acabaram saindo do campo e buscando sua sobrevivência nos centros urbanos.

Nada é fácil quando se tem que mudar uma visão que está incutida nas características da sociedade contemporânea, o movimento do êxodo rural continua a ser constatado no país. MARTINE em seu trabalho sobre a redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80 cita que:

... Em 1940, as áreas rurais e localidades de menos de 20 mil habitantes incluíam quase 85% da população total; em 1980, essa participação havia declinado para 46%. Na outra ponta, o conjunto de localidades com mais de 500 mil habitantes aumentou sua participação na população total de 8% para 32% no mesmo período. (MARTINE, 1994)

Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que de 1980 para 2010 a população rural continua a encolher, o movimento continua na direção do rural para o urbano.

**Tabela 1 – População residente segundo a localização do domicílio
Brasil**

Ano	População Residente				
	Total	Urbana		Rural	
		Total	%	Total	%
2010	190.732.694	160.878.708	84,4	29.852.986	15,6
2000	169.799.170	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8
1991	146.825.475	110.990.990	75,6	35.834.485	24,4
1980	119.002.706	80.436.409	67,6	38.566.297	32,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Diante dos dados dos Censos do IBGE, constata-se que os habitantes da área rural do Brasil, em 1980, eram aproximadamente 32,4% da população brasileira. Considerando a população absoluta indicada no Censo 1980 e nos Dados Preliminares do Censo 2010, o crescimento populacional do Brasil nas últimas três décadas foi de aproximadamente 60,3%, enquanto a população rural diminuiu em 22,6% e o aumento da população urbana foi de 100%. Fica cada vez mais evidente o movimento do êxodo rural no Brasil.

3.2. ANÁLISE DO ÊXODO RURAL NO PARANÁ

O Estado do Paraná em consonância com o Brasil também tem sua população em maior proporção residindo na área urbana. A capacidade produtiva do estado nunca foi questionada e atualmente desponta como grande produtor agrícola e recorde sucessivos de exportação de produtos industrializados oriundos da área rural do estado.

Durante toda a sua existência como Estado brasileiro passou por diversas transformações, como área colonizada por famílias imigrantes adquiriu hábitos e costumes desses povos assim como sua produção rural foi altamente influenciada por estes colonizadores.

Considerando ainda o cenário da urbanização e da população do campo em âmbito nacional, pode-se ter uma ideia da situação atual do estado do Paraná. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2000 a população urbana do estado era de aproximadamente 81,41% enquanto a rural figurava com 18,59%. Esse percentual foi reduzido em 2010 para 14,67% da população total do Paraná e teve uma redução de 13,8% em referência ao censo demográfico anterior.

As variações da população da zona rural e da população da zona urbana foram maiores que o aumento populacional do estado no período. Isso mostra que embora a população estadual tenha um pequeno crescimento a população urbana continua crescendo em larga escala e os habitantes da área rural em diminuição acentuada.

**Tabela 2 – População residente segundo a localização do domicílio
Paraná – 2000/2010**

Localidade	População residente		
	2000	2010	Varição
Paraná	9.563.458	10.444.526	+ 9,2%
Zona Urbana	7.786.084	8.912.692	+ 14,5%
Zona Rural	1.777.374	1.531.834	- 13,8%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010.

As oportunidades de permanecer no campo, na década em questão, foram sendo ampliadas, seja com aspectos econômicos quanto educacionais, foi no decênio 2000-2010 que as maiores estruturações da Educação do Campo ocorrem no Estado do Paraná, no entanto os dados apresentados em 2010 não refletiram esses incentivos.

Ainda em relação ao cesso à escola verificou-se na última década que a taxa de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais ainda é alta no Paraná, de forma acentuada na área rural. De acordo com dados estatísticos³ a taxa de analfabetismo no estado era de 18,0% na área rural em 1996, de 17% em 1998 e 14,3% em 2001 enquanto na área urbana não passou de 10,1% em 1996.

Ainda com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)⁴ o Paraná é o estado com a menor taxa de escolarização do sul do Brasil, em 1991 era de 4,7 anos e em 2000 era de 5,7 anos, o que comprova que as ações públicas até lá não causaram efeito quanto a redução desses indicadores.

No Estado do Paraná de acordo com dados da Coordenação de Educação do Campo (2007) havia no Paraná 547 escolas localizadas no campo com um total de 99.908 matrículas efetivadas na rede estadual de ensino, estas escolas possuem ainda a matriz curricular urbanizada e não tem seus currículos flexíveis às especificidades da clientela atendida.

3.3. ALTÔNIA E O ÊXODO RURAL: CONJUNTURA ATUAL

Altônia começou a ser colonizada em 1953 pela Companhia Byington Colonização S/C Ltda que iniciava na região a abertura de novas glebas com lotes rurais e urbanos. Altônia pertenceu por longos anos, ao município de Peabiru. Em

³ Fonte: IBGE e PNAD 1996, 1998 e 2001.

⁴ Os Vários Paraná: Estudos Socioeconômico-Institucionais como Subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005.

1954, passou a pertencer a Cruzeiro do Oeste. Na data de 25 de julho de 1959, passou à jurisdição do município de Xambê e em 12 de dezembro de 1968 foi instalado como Município de Altônia (PME⁵, 2009).

A primeira escola do município foi a Escola Rural *Sand Feig* localizada dentro da Fazenda Ouro Verde. A cafeicultura era predominante no município, os frutos ali produzidos tinham muita qualidade, a terra era muito fértil e Altônia passou a ser denominada a “Rainha do Café”.

Os nortistas, paulistas e os mineiros constituíram o maior número de pessoas que contribuíram para o rápido crescimento populacional do Município. Quando a região era dominada pelo setor da agricultura e pecuária, o território altoniense era formado, em sua grande maioria, por pequenos proprietários rurais. Com os incentivos dados pela administração municipal para a implantação de novas indústrias na área urbana da cidade, este panorama sofreu uma mudança significativa (Tabela 3).

Analisando os dados das últimas contagens populacionais de Altônia, o município perdeu quase 23 mil habitantes no período entre 1970 e 2010, ainda assim houve o esvaziamento da área rural e um crescimento significativo da população urbana, decorrente da atração da população pelo trabalho assalariado.

**Tabela 3 – População residente segundo a localização do domicílio
Altônia – 1970/2010**

Ano	População Residente				
	Total	Urbana		Rural	
		Total	%	Total	%
1970	43.042	4.019	9,34	39.023	90,66
1980	42.777	11.486	26,85	31.291	73,15
1991	24.593	11.925	48,49	12.668	51,51
1996	20.184	11.806	58,49	8.378	41,51
2000	19.230	11.696	60,82	7.534	39,18
2010	20.516	15.094	73,57	5.422	26,43

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagens Populacionais 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010.

⁵ Plano Municipal da Educação do Município de Altônia. Versão Preliminar de Novembro de 2009.

A atração, principalmente dos jovens, pelo setor industrial e de serviços (confeccões e facções têxteis, beneficiamento de frutíferas, peças para motocicleta, entre outras.) do município pode ser apontada como fator preponderante na migração ocorrida, tudo isso aliado à falta de incentivos claros a agricultura familiar.

4. PERMANÊNCIA NO CAMPO E EDUCAÇÃO

No município de Altônia está em funcionamento desde 2008, uma das 53 Casas Familiares Rurais do Paraná. Este é um projeto que visa à permanência da família no campo com a profissionalização dos jovens através da Pedagogia da Alternância, através dessa perspectiva os alunos passam duas semanas aplicando no campo o conhecimento adquirido dentro de sala de aula e uma semana recebendo formação e dando retorno à escola.

O estabelecimento é vinculado à Rede Estadual de Ensino e ainda não tem uma grade curricular diferenciada, as casas familiares funcionam atualmente de forma descentralizada de outros estabelecimentos estaduais. A necessidade saiu da grande quantidade de escolas fechadas no município, desde 1982 foram aproximadamente 64 estabelecimentos rurais extintos de acordo com dados do Núcleo Regional de Educação de Umuarama e Secretaria Municipal de Educação do município.

A Casa Familiar Rural de Altônia, ligada a ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais), hoje tem três turmas em funcionamento com 51 alunos matriculados, o curso foi implantado gradativamente desde a criação da Casa Familiar Rural e em 2011 tem o maior número de matrículas efetivadas desde sua fundação (Tabela 5). Este é um dos incentivos às famílias para continuarem no campo já que os alunos vivenciam os conteúdos aprendidos em sala e seus pais com o apoio requerido continuam a viver na área rural.

**Tabela 5 – Número de matrículas por turma
Casa Familiar Rural de Altônia – 2008/2011**

Ano/Período Letivo	Serição		
	6ª Série	7ª Série	8ª Série
2008	21	-	-
2009	16	16	-
2010	19	14	15
2011	22	16	13

Fonte: SERE-ABC/SEED. Consulta realizada em 10/05/2011.

Juntamente com a Casa Familiar Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é levado a essas famílias para que sejam colocados em prática o Projeto Profissional de Vida do Jovem beneficiando assim a laboração no ambiente rural e conseqüentemente a permanência destas no local.

Em Altônia as entidades ligadas aos produtores rurais tem buscado junto ao governo federal e estadual formas de aperfeiçoar a produção rural e melhorar a captação de recursos para a modernização das técnicas de produção, dessa formar aliam produtividade, lucro e qualidade à sustentabilidade no campo. É proporcionado aos associados o acesso a cursos de aperfeiçoamento, técnicas aprimoradas de manuseio e cultivo da terra, assim como o assessoramento técnico feito por estas organizações.

No município há o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que por meio de parcerias com órgãos não governamentais promovem palestras e cursos de aperfeiçoamento. Também a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura fornecem apoio aos produtores de leite através da inseminação artificial para a melhoria do plantel existente nas propriedades.

5. CONSIDERAÇÕES

Diante de todo o explicitado acima verificou-se que o êxodo rural ainda acontece em todas escalas do território brasileiro, em menor ou maior ritmo, mas que aos poucos vai preocupando pela desvalorização do campo e de seus habitantes que muito fazem e pouco é reconhecido.

Através de políticas públicas na área educacional o Estado do Paraná tem tentado levar a valorização das comunidades rurais, que necessitam de um olhar especial para se desenvolverem e com sua própria produção promoverem sua ascensão social e econômica.

Uma das iniciativas encontradas é a criação das Casas Familiares Rurais que surgem no Paraná e depois espalham-se para outros estados. Altônia, localizada na região noroeste do Paraná, abre em 2008 um desses estabelecimentos de ensino que valoriza e tem como elo principal a família do educando que vem ao encontro do ensino de seus filhos.

Desta forma, promove de forma integrada, estruturada, conhecida e acreditada a sustentabilidade do sistema produtivo das famílias envolvidas com as Casas Familiares Rurais. Planeja assim a participação efetiva das famílias na sociedade como atores no desenvolvimento humano e produtivo dos jovens, que proprietários de suas terras tem a capacidade de administrar os lucros produzidos no local.

As iniciativas das Casas Familiares e organizações diversas procuram desenvolver a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, através da transformação e de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente, dessa forma ainda desenvolve práticas capazes de organizar melhor as ações de saúde, de nutrição e cultural das comunidades envolvidas.

6. REFERÊNCIAS

ALTÔNIA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Plano Municipal de Educação**. Versão Preliminar, 2009.

ARROYO, M. G. **Políticas de Formação de educadores(as) do campo**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, nº 72. 2007. Disponível em <<http://bit.ly/i5cGp4>>. Acesso em 17/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB nº 9394/96). Brasília, 1996.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <www.cptnacional.org.br>. Acesso em 18/12/2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/05/2011.

IPARDES. **Os Vários Paranás: estudos socioeconômicos-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005. 305p.

MOREIRA, R. J. **Críticas Ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2000.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 18/12/2010.

PARANÁ. ***Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo***. SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. ***Departamento da Diversidade: Coordenação da Educação do Campo***. Disponível em <<http://bit.ly/eXzXbl>>. Acesso em 18/01/2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. ***SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar***. Disponível em <<http://www.sere.pr.gov.br/sere>>. Acesso em 10/05/2011.

PINHEIRO, M. S. D. ***A concepção de Educação do Campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira***. UF PA, 2007. Disponível em <<http://bit.ly/frsBmr>>. Acesso em 10/12/2010.

SILVA, J.F.G. ***O novo rural brasileiro***. 2. ed. Campinas: Editora do Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

VENDRAMINI, C. R. ***Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo***. Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, nº 72. 2007. Disponível em <<http://bit.ly/fyqumK>>. Acesso em 15/12/2010.

¹ Após a Constituição de 1947 ainda houve a aprovação da Constituição Federal de 1967 e a Emenda Constituinte de 1969 que não alteraram as deliberações da anterior quanto à educação rural, assim a obrigatoriedade da oferta de ensino nas áreas rurais continuava a ser responsabilidade da iniciativa privada. Na década de 90 a Constituição de 1988 muda este cenário.